


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

CONCLUSÃO

Em 12/07/2018 10:28:48, faço estes autos conclusos à MMª. Juíza de Direito, **Dra. ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**. Eu, _____, Escrivão Judicial I, subscrevo.

SENTENÇA

Processo nº: **1006219-71.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato**
 Requerente: **Diego Aparecido Pereira Leite**
 Requerido: **Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ana Cláudia Habice Kock**

Vistos.

Trata-se de Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato requerida por Diego Aparecido Pereira Leite em face de Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A alegando, em resumo, que firmou com a requerida contrato de financiamento, para aquisição do veículo descrito na exordial, em 48 parcelas no valor de R\$ 660,96. Atualmente, todavia, passa por dificuldades financeiras que o impedem de adimplir o ajuste.

Requer a concessão de tutela antecipada para que seja autorizado o depósito dos valores que entende devidos e que a requerida seja impedida de inserir seus dados nos cadastros de maus pagadores. Pede a procedência para que o contrato seja revisado e a ré condenada ao pagamento dos encargos de sucumbência.

O pedido de tutela provisória foi indeferido (fls. 11/12).

A ré foi devidamente citada (fls. 15) e apresentou resposta alegando, preliminarmente, inépcia da petição inicial. No mérito, aduz, em síntese, que o autor não nega a contratação, bem como não especifica as irregularidades e cláusulas que pretende revisar. Afirma que a contratação se deu de forma idônea e as parcelas foram acordadas em valores fixos, motivo pelo qual deve ser mantido o contrato. Defendeu os juros e encargos estipulados e pediu a improcedência (fls. 18/35).

Houve réplica (fls. 49/50).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

O processo comporta julgamento antecipado, nos termos do inciso I, do artigo 355 do Código de Processo Civil, por se tratar de matéria de fato e direito, passível de julgamento com as provas constantes dos autos.

A preliminar de inépcia da petição inicial não merece prosperar, pois da narrativa fática decorre logicamente o pedido do autor.

Ademais, o requerimento formulado na inicial encontra, em abstrato, ampla admissibilidade no ordenamento jurídico pátrio e esse requisito passou a integrar a questão de mérito com a vigência do Código de Processo Civil de 2015.

Por fim, o autor cumpriu o artigo 330, §2º do CPC, discriminando o valor que entende devido.

No mérito, a ação é improcedente.

Como bem fundamentado na decisão inicial (fls. 11/12), as partes firmaram instrumento particular para aquisição de automóvel com garantia de alienação fiduciária e não contrato de empréstimo consignado em folha de pagamento.

A limitação das parcelas ao montante de 30% dos rendimentos do devedor está prevista na Lei nº 10.820/03, especialmente em seu artigo 6º, §5º, e aplica-se somente aos empréstimos consignados em folha de pagamento ou benefício previdenciário.

O contrato que se pretende revisar não é regido pela lei acima referida e as parcelas sequer são pagas mediante débito em conta, não havendo que se falar em limitação do valor das prestações.

Nesse sentido:

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. Preliminar de inépcia recursal afastada. Financiamento imobiliário. Limitação dos descontos a 30% dos rendimentos do devedor. Impossibilidade. Limitação que não se aplica ao financiamento imobiliário. Prevalência do princípio pacta sunt servanda. Sucumbência recíproca. Sentença mantida. Recurso desprovido. (Apelação nº 1030879-04.2016.8.26.0554, 36ª Câmara de Direito Privado do TJSP, rel. Milton Carvalho, j. 17.05.2018).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

Apelação. Ação revisional de contrato bancário. Sentença de improcedência. Relação de consumo. Súmula 297 do STJ. Pedido de limitação das parcelas a 30% dos rendimentos. Incabível. Financiamento de veículo, não se tratando de crédito consignado. Contrato foi voluntariamente celebrado. Capitalização de juros. Possibilidade, desde que expressamente pactuada e, ainda, avençada posteriormente à Medida Provisória 1.963-17/2000, reeditada sob nº 2.170-36/2001. Aplicação, também, da Lei nº 10.931/2004 (art. 28, § 1º, I). Inaplicabilidade da Súmula 121 do STF aos contratos bancários. Sentença integralmente mantida. Recurso não provido. (Apelação nº 1004038-68.2014.8.26.0577, 24ª Câmara de Direito Privado do TJSP, rel. Roberto Maia, j. 17.03.2016).

Como bem observado pela requerida, o contrato foi firmado com parcelas fixas, cabendo ao autor, no ato da contratação, avaliar se o negócio oneraria demasiadamente sua situação financeira.

Não é demais mencionar, também, que tendo em vista o princípio *pacta sunt servanda*, bem como os corolários da obrigatoriedade e intangibilidade dos contratos, quem realiza um acordo fica sujeito as cláusulas estipuladas, inclusive as relativas ao reajuste do preço avençado, mesmo que, a posteriori, argua estar sofrendo danos patrimoniais, porquanto cada um deve suportar os prejuízos dos negócios que realizou, sem que se admita que a autoridade judicial intervenha para libertá-lo de condições eventualmente desvantajosas que tenha assumido livremente.

Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** o pedido e **EXTINTO** o processo, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.

Arcará o requerente com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor atribuído à causa, devidamente corrigido até esta data. A cobrança desse valor está condicionada à prova de que o requerente perdeu a condição legal de necessitado, nos termos do artigo 98, §2º e §3º do CPC.

Publique-se e Intimem-se.

Araraquara, 19 de julho de 2018.

ANA CLÁUDIA HABICE KOCK

Juíza de Direito

DATA

Em **19 de julho de 2018**, recebi estes autos em cartório. Eu, _____, Escrevente,

1006219-71.2018.8.26.0037 - lauda 3



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

escrevi.